

A BATALHA

Suplemento semanal — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Editor: Alberto Dias

Administrador: Domingos Afonso Ribeiro

Propriedade da COMISSÃO INTER-FEDERAL

Sede provisória:

Calçada Castelo Branco Saraiva, 42

Officinas: Rua da Atalaia, 114

Toda a correspondência para o APARTADO

N.º 329 — Lisboa

Número avulso \$30

UM ASPECTO DA QUESTÃO SOCIAL DESPRESADO

O movimento sindical de todo o mundo, e em todos os tempos, quasi que só se ocupou da questão social no seu aspecto de produção. Os trabalhadores eram encarados, apenas, como produtores e como tal se agruparam nos seus sindicatos. E compreendia-se que assim fôsse. A questão social aparecia aos trabalhadores de então como derivando dos problemas do trabalho.

Hoje, porém, já não é possível encarar a questão social com essa simplicidade. Ela tem um âmbito muito maior, nela entrando um maior número de factores que se entrelaçam, emaranhando e dificultando a destriça. Quere isto dizer que quando nos dispomos à análise encontramos maiores dificuldades que então, embora — e é bom accentuá-lo — a experiência histórica e o maior número de elementos ao nosso alcance permitam uma noção mais exacta do problema.

Assim, já hoje se não pode restringir a luta dos trabalhadores ao campo de produção. É preciso alargá-lo, torná-lo mais susceptível de abarcar o mais vasto panorama social. É preciso, quando mais não seja possível, que nos habituemos a relacionar os problemas de produção com os de consumo, encontrando os pontos de apoio em ambos e os elementos de ligação para uma actividade forte, intensa e extensa.

A luta, com mais este reducto, tornar-se ia mais vantajosa, o nosso campo de acção mais vasto, fazendo desaparecer muitas das deficiências que notamos quando reivindicamos, por exemplo, melhorias de salários. Tem sucedido até hoje termos de suportar, em seguida a um aumento de salários, um aumento nos géneros indispensáveis à vida. Este facto, por si só, seria motivo bastante para nos sugerir a necessidade de luta nesse campo.

Este aspecto do consumo tem ainda uma fase, que só modernamente lhe foi imprimida. Dantes o comércio desenvolvia-se em franca concorrência; hoje encontramos-o em franco entendimento, chegando a estabelecer acordos e fusões para conseguir uma unidade de preços. Esses entendimentos chegam a ser estabelecidos entre comerciantes e industriais, tanto no campo nacional como no campo internacional, tornando insuficiente

a defesa do consumidor, desde que este lhe não dê um âmbito tão grande como é o atingido pelos acordos comerciais e industriais do capitalismo. Esta desvantagem torna-se ainda maior com o desenvolvimento do capitalismo financeiro, que atingiu um raio de acção tão lato que se lhe torna possível deter nas mãos todos os fios duma meada imensa que abrange desde a produção mais intensa e descentralizada à venda directa ao público, dominando, mesmo, a vida política dos povos. A influência que exercem essas gigantescas empresas financeiras é de tal ordem que são elas as detentoras dos destinos dos povos, tanto podendo provocar uma derrocada idêntica à de 1914-1918 como uma ditadura semelhante à italiana. Afirmava alguém, ainda recentemente, que os golpes mais certos contra o fascismo italiano se deveriam dar nos centros bancários de Londres e Nova York.

Ora estes factos elucidam bastante do poder do capitalismo financeiro e fornecem elementos de apoio para estudo dos meios de luta a usar.

Do que deixamos escrito se conclui que a actividade dos trabalhadores não pode restringir-se ao aspecto produção. Ela tem de ir mais longe, tem de aparcas todos os fenómenos relacionados com a questão social.

Porém, como será impossível chegar a duma vez, é preciso que se estude, desde já, a maneira de lutar no terreno do consumo, agrupando os trabalhadores — que são a quasi totalidade dos consumidores — também para esse desiderato.

E não podemos demorar esse estudo. Com o consumo estão ligados um sem número de problemas de importância capital, dos quais o de mais urgente solução é, sem dúvida, a tuberculose. Esta vítima por ano, milhares de trabalhadores.

É necessário olhar com atenção para este problema. Os trabalhadores não podem, sob risco de sobro, olhar, apenas, para a sua condição de produtores. Precisam de pensar que, também, consomem e que o capitalismo não estende o seu domínio, apenas, ao aspecto industrial.

PELOS CORTICEIROS

A situação económica dos corticeiros exige solução imediata

Encontraram-se em conferência delegados directos dos sindicatos de operários corticeiros do país para analisar e estudar a maneira de atenuar, quando não solucionar, a enorme crise que aquela classe atravessa. Entre esses delegados foi o assunto debatido, sendo resolvido, entre outras coisas, ir junto das entidades oficiais com um documento cujas conclusões são:

1.º — Que a oitava conclusão exposta seja posta imediatamente em execução.

2.º — Que o governo consiga junto dos industriais promover a colocação dos sem trabalho, garantindo-o de futuro aos que ainda o não têm, e em caso negativo:

3.º — Que seja fornecido aos sindicatos operários materia prima, alojamentos, utensílios e os créditos indispensáveis para os operários trabalharem, sendo aqueles sindicatos responsáveis pelos respectivos compromissos.

A oitava conclusão a que se refere o primeiro, diz:

8.º — Que a portaria de vinte e um de Novembro de 1910 sejam feitas as seguintes alterações: Que seja modificado o 1.º da referida portaria no sentido de ficar com a seguinte redacção: «Que seja apartada para a fabricação de rólhas, toda a cortiça enquiada. «Que seja proibida a exportação de todos os bocados com menos de até seiscentos e cinquenta centímetros quadrados, da primeira à quarta qualidade de onze linhas para cima. Que se criem mais três circunscrições da fiscalização das cortiças, uma em Grandola, uma em Aldegaleta e outra em Lisboa oriental. Que aos fiscais das cortiças seja dada a qualidade de fiscalizarem as leis de protecção a mulheres e menores nas fábricas, horário das oito horas de trabalho, proibição da exportação da cortiça em bruto, extracção de cortiças e corte de sobreiros».

Oportunamente daremos aos problemas interessando aos corticeiros, o relêvo exigido.

PARADOXOS

Fragmentos de Oscar Wilde

... Louvam-se às vezes os pobres por serem económicos. Mas recomendar a economia aos pobres é inteiramente ridículo e ofensivo. É o mesmo que aconselhar a um homem que morre de fome para comer menos. Seria absolutamente indigno, para um trabalhador da cidade ou do campo, praticar a economia.

... Quanto à mendicância, é mais seguro mendigar que tomar, mas é mais belo tomar que mendigar. Não: um pobre que se mostra intrato, gastador, descontente e rebelde, dá provas de possuir verdadeira personalidade e talvez óptimas qualidades. Vale, em todo o caso, por um sadio protesto.

... Compreendo perfeitamente que um homem aceite as leis garantidoras da propriedade privada e da sua acumulação, desde que ele próprio seja capaz de realizar, nessas condições, algum modo belo e intelectual de vida. Acho, porém, quasi inacreditável que um homem, cuja vida se es-traçou até ao horror, em virtude dessas mesmas leis, possa aquiescer à sua continuação.

... A pobreza e a miséria são tão completamente deprimentes e exercem um efeito tão entorpecedor sobre a natureza do homem, que nenhuma classe da sociedade jamais teve verdadeira consciência da sua própria intelectualidade. É necessário que outros o expliquem, e nem sempre são ouvidos com crédito. O que dizem os grandes patrões industriais contra os agitadores é incontestavelmente verdadeiro. Os agitadores são uma colecção de pessoas esforçadas e indiscretas, que procuram as classes da sociedade até então perfeitamente satisfeitas da sua sorte e semeiam entre elas as sementes do descontentamento. Os agitadores tornam-se por isso absolutamente necessários. Sem eles, no nosso estado de im-

RENDIMENTO DO TRABALHO



C. F. Dos Balcões — Magnifico! Com a nova orquestração aumentam os nossos lucros!

CULTURA ARTISTICA

A sua influência no movimento
pró-emancipação dos traba-
lhadores

E' ainda crença da maioria dos militantes e daqueles que se julgam conscientes do seu valor e dos seus deveres, que a cultura artística do proletariado é de nula ou de somenos importância para o movimento da sua emancipação.

Todavia, quão errônea é essa crença demonstra-o a infinita impossibilidade da grande massa popular perante o mal que a assombra, a pesar de por vezes os sindicatos acusarem um número de sócios relativamente elevado.

E' que o erro parte de se julgar bastante, para conquistar adeptos para a nossa causa, o dizer-se-lhes apenas que o trabalhador tem direito—direito incontroverso, claro—à possuir mais pão para si e para os seus.

Este concorda, mas supõe que os seus militantes o irão buscar à padaria mais próxima e lho entregarão, pressurosos, numa bandeja de prata. E como os militantes não podem fazer esse milagre—nem eles se propõem fazê-lo—de novo é, o trabalhador, se recolhe à sua antiga miséria sem lhe ter ficado no coração ou no cérebro o mais ténue clarão do que seja o seu interesse supremo—o movimento da sua emancipação.

Ora eu creio que um dos deveres de primeira necessidade de todos os que pugnam por esta causa, que é a causa de toda a espécie humana, é fazer por elevar o seu conhecimento artístico e cultural a um ponto bastante elevado, para daí, depois, o disparar à queima roupa aos seus camaradas amigos e irmãos, para assim se modificar este meio tão pobre de instrução que é o da nossa gente, o da gente que trabalha. Não se suponha que tenho a petulância de me julgar um dos já elevados a esse ponto. Estou muito longe de o ser e muito mais de me considerar. Tenho simplesmente o desejo, mas esse—forte como rocha de granito. Continuemos.

Eu bem sei que o tempo é pouco e o dinheiro ainda é menos, mas com um pouco de sacrifício... As tabernas nunca estão vazias e vêm-se lá os que têm salários bem miseráveis.

Mas para se educar artisticamente quem quer que seja, é preciso buscar o conselho dos artistas—daqueles artistas que se julgam irmãos do cavador e do pedreiro—e não se supor que qualquer espectáculo satisfaz esse desejo. Chamam espectáculo ao degolar touros numa praça, e isso, quanto a mim, serve apenas para tornar o homem mais bruto e mais cruel.

Não é também a cantar o fado que se preparam para essa grande obra os que não de ser no futuro detentores dos seus próprios destinos. Não. A cantar o fado, o resultado mais prático a que se pode chegar, é mandar encher mais uma garrafa depois de se ouvir uma cantiga que quase sempre começa por: «Deixa a taberna operário», tal é a incongruência do fado.

E, no entanto, é rara a festa da nossa gente—festas de carácter associativo ou de solidariedade, nas quais devíamos marcar sempre um forte cunho de educação e arte—onde esse maldito não vá injectar nas veias dos ouvintes que são sempre trabalhadores, o narcótico manietador de vontades e propulsores de lágrimas—lágrimas inconscientes, sem razão e sem energia.

Para fado bem basta o nosso fado—o de termos de amassar pão para os outros e comer o rolo com uma pinga de água à laia de lavadura.

E... para a outra vez direi mais.

António Viterino

perfeição, não haveria nenhum progresso para a civilização.

... Altas esperanças se fundaram um dia, sobre a democracia; mas a democracia significa simplesmente o encabrestamento do povo pelo povo e para o povo.

... A punição desaparecerá com o desaparecimento da autoridade. Resultará daí um grande benefício,—benefício, realmente, dum inapreciável valor. Quando se lê a história, não nas edições escuras, escritas para escolares e estudantes, mas nos testemunhos originais de cada época, fica-se absolutamente horrorizado, não pelos crimes que os malvados cometeram mas pelos castigos que os bons infligiram; e uma sociedade é infinitamente mais depravada pelo emprego habitual da punição do que pela ocorrência accidental do crime.

Oscar Wilde

O "COLOSSO DE PÉS DE BARRO"

O V Congresso da Internacional de Amsterdam
marcou nitidamente a sua posição reformista

"A F. S. I. lançou a ordem de "guerra à guerra" e faz suas as declarações dos governos, que põem a guerra à margem da lei e a consideram como crime internacional"

O problema da jornada de trabalho foi também tratado pelo Congresso e nele se demarcaram, com nitidez, todas as leis capitalistas.

Os reformistas continuam atendo-se ao ilusório Convénio de Washington sobre a jornada de trabalho, e queixam-se amargamente de que os maus governos capitalistas não o tenham ratificado ainda.

A Associação Internacional dos Trabalhadores enviou ao Congresso de Estocolmo um telegrama com o seguinte:

«Associação Internacional dos Trabalhadores propõe ao Congresso Sindical Internacional acção comum pró-jornada de seis horas contra a crise de trabalho.»

O congresso não se ocupou sequer deste incitamento. E assim demonstrou ao proletariado mundial o seu conservantismo e a sua amizade com os capitalistas. O Congresso adoptou uma resolução em que se pede a semana de 44 horas, uma reivindicação muito por baixo do que já concedem os modernos capitalistas americanos, como Ford, etc. Também o representante da Austrália, Roberts, expôs que a semana de 44 horas tinha sido introduzida no seu país há alguns anos, e que a evolução industrial tinha alcançado um tal extremo que era necessário uma diminuição da jornada, pelo que seria preciso exigir uma semana de 36 horas de trabalho.

Ainda quando a implantação da semana de 44 horas implicasse um progresso para muitos operários, a sua inclusão como reivindicação extraordinária no programa da F. S. I. revela um espírito conservador. Quarta a política geral realizada em colaboração com o capitalismo na Repartição Internacional do Trabalho. Na época da racionalização, a petição da semana de 44 horas equivale a permanecer dando voltas no mesmo sítio.

Mas onde o retrocesso da F. S. I. se manifesta mais crassamente é na sua atitude ante a guerra e o perigo guerreiro. O informe sobre esta questão foi apresentado por Jouhaux, o antigo sindicalista revolucionário e conhecido renegado. Já a maneira de delinear a questão mostra o seu espírito reaccionário. Se antigamente se falava de luta contra a guerra, hoje diz-se: «Desarmamento e pactos de paz». Isto é uma mudança completa no sentiplo burguês.

No ano de 1920 declaram-se, ainda em Londres, pelos meios radicais contra a guerra, e também no congresso de Roma, celebrado em 1922, adoptaram uma resolução que previa a declaração da greve geral, em caso de guerra. Hoje, já não se quer saber nada de tudo isso. Na resolução apresentada por Jouhaux e aceite pelo Congresso declara-se:

«A Federação Sindical Internacional lançou a ordem de "guerra à guerra". Esta faz suas as declarações

dos governos, que põem a guerra à margem da lei e a consideram como crime internacional.»

Assim, pois, a classe operária organizada na F. S. I. vai tomar como suas as ordens das declarações dos governos capitalista!

Como acções contra a guerra foram propostas:

«Limitação e redução dos armamentos; rápida convocação duma conferência geral do desarmamento por parte da Sociedade das Nações; firmamento dum convénio para pôr as competências de armamentos; controle da elaboração de armas, munições e toda a classe de material de guerra. Acção dos trabalhadores para impôr a ratificação do convénio internacional de arbitragem por parte dos governos...»

O movimento sindical permanece no centro da acção da paz. Em luta contra a guerra à guerra e o militarismo, a colaboração com a Internacional Operária socialista e seus partidos, é uma necessidade indispensável.

Estas pretendidas alterações representam não somente uma vergonha para um movimento sindical independente, que dêste modo se aferra ao regaço da burguesia, e representa um perigo directo. Foi eliminado o que restava de um espírito anti-militarista e livre, de que foi expoente, pelo menos na aparência, o Congresso de Roma.

O movimento operário reformista está submetido completamente à ideologia burguesa. A internacional reformista tem feito todo o possível para deixar entrada livre a uma guerra realizada em nome da democracia, da Sociedade das Nações e da humanidade; O anti-militarismo foi excluído do movimento operário reformista.

Actualmente é o sindicalismo revolucionário a única tendência que propaga consequentemente a anti-militarismo. Se num futuro não longínquo não se lograr obter o concurso das grandes massas para acções sindicalistas, então será inevitável o estalar de uma nova matança.

A petição de liberdade para o movimento operário é uma reivindicação que fazemos nossa. Mas não poderíamos deter-nos na democracia, como fez o Congresso de Estocolmo na sua resolução. Também nos países democráticos, incluindo as velhas repúblicas, se oprime o movimento operário. E se o Congresso de Estocolmo reclamou a restauração dos direitos democráticos, é preciso não esquecer que são precisamente as secções da F. S. I. que monopolizam esses direitos nos países democráticos.

Isto implica nada menos que uma situação de excepção para uma parte do proletariado, situação imposta pelas organizações reformistas. Se em virtude das manobras reformistas, a F. A. U. D. alemã não é reconhecida

(Continua na 7.ª página)

QUESTÃO DOS SALÁRIOS

A secção de Belém da Construção Civil, reúne em sessão magna

Não querendo esta secção deixar de corresponder às reclamações formuladas pelo seu Sindicato e respectiva Federação, no sentido de se reclamar do patronato o estabelecimento de um salário uniforme para todos os operários desta indústria, realizou no dia 18, na sua sede, Rua Paulo da Gamá, uma sessão magna, a que presidiu Alberto Dias, secretário por Jorge Mateus e Marcelino Gonçalves.

Lida a circular do Sindicato expondo a questão, usou da palavra Alfredo Lopes, delegado da Federação da C. Civil, que salientou a manifesta disparidade dos salários de obra para obra e outras reclamações que de momento tanto se impõem: horário de trabalho, crise de habitação, carestia da vida, actualização da lei dos acidentes no trabalho etc. E' necessário que o proletariado secundado o esforço dos seus sindicatos apoiando a acção desenvolvida na defesa dos seus legítimos interesses. Vai entrar-se continua, na época invernal e por conseguinte há necessidade de se interessarem por estas questões, de contrário sofrer-se-á as suas consequências, tanto piores quanto maior for o desinteresse que a classe manifestar.

Alberto Almeida, da secção profissional dos Pedreiros, acrescenta a necessidade de se construírem também balneários em diferentes áreas, construção de lavadouros e outros benefícios de que a população necessita. Incita os camaradas presentes para que tragam aos sindicatos os colegas que trabalhem com eles.

Manuel Pereira, da Secção dos Serventes, defende a redução das horas de trabalho para amortizar a crise e cita a influência dos salários na questão do consumo.

João Miranda, delegado do Sindicato da Construção Civil, historia a presente reclamação que vem já de 1920, uma vez que a reivindicação do salário mínimo não é matéria nova. Foi sempre contrariado esse nosso desejo porque ao patronato não convém, de forma alguma, tal uniformidade. Dêsse modo não poderá especular com a oferta de braços como faz actualmente.

A disparidade de salários, é hoje mais alguma coisa, é também uma sequência da crise de trabalho, de que o patronato se serve para regatear o preço de mão de obra, sem se preocupar com as consequências que possam advir dêsse facto.

A classe dos serventes, é uma das mais prejudicadas pois tem a concorrência de trabalhadores de outras indústrias a que este mister se adapta facilmente, como corticeiros e outras classes que se encontram a braços com crises angustiantes, não lhes sendo acessível a conquista de um melhor salário dada a concorrência citada. O salário que se pretende reclamar não será talvez o necessário para suprir todas as nossas necessidades, mas a conseguir-se tal, poderemos registar mais uma grande vitória. A fixação do salário mínimo será pelo menos um travão ao desenfreado egoísmo do patronato.

Segue-se o camarada Caldeira que após algumas considerações, conclui pugnando pela construção de casas económicas, casas que não precisam ser palácios... mas que embora modestas sejam pelo menos higiénicas e a sua renda acessível à bolsa dos que trabalham que infelizmente são os que menos podem pagar!

Carlos Coelho, secretário geral do Sindicato, faz apreciações sobre o decorrer da sessão e respondendo por fim a uma pergunta que lhe foi feita sobre os dormitórios em imundas barracas nos recintos das obras, verbera, indignadamente, o que sobre tal se passa.

Alfredo Lopes, rectifica uma expressão de Carlos Coelho, ficando assente que primeiro se estabelecerá a uniformidade de salário, ponto principal do problema e não por enquanto o salário mínimo que será uma sucessão dêsse problema em face da restante organização operária.

Foram aprovadas duas moções, uma sobre acção a desenvolver pela uniformidade dos salários e outra dando o apoio moral e material à comissão de defesa operária de desastres no trabalho, ou à Camara Sindical de Trabalho se este organismo tomar conta dessa missão, assim como uma proposta do delegado da secção profissional dos pedreiros propondo um voto de confiança aos camaradas da construção civil na fiscalização do horário do trabalho, sendo em seguida encerrada a sessão.

A crise duma civilização

por LUÍS FABRI

PROSA DE OUTRENS

Um trecho de Mæterlink

Sentemo-nos sobre estes feixes de centeio e observemos. Não desperdicemos nenhum dos pequenos factos que formam a realidade em que jalei. Deixemos que se afastem, por si mesmos, no espaço. Estavam no primeiro termo. Porém é preciso reconhecer que há por detrás deles uma grande força admirável, que mantém todo o conjunto. Mantem-no, somente? Não o eleva, além disso?

Esses homens que vemos não são já inteiramente as feras de La Bruyère, «que tinham como que uma voz articulada e se retiravam pela noite às suas guaridas, onde viviam de pão negro, de água e de raízes...»

Dir-me há que a raça é menos forte e menos sã. É possível. O alcool e outras pragas, são acidentes que a humanidade deve vencer. São a prova, quicá, de que algum dos nossos órgãos, como os nervos por exemplo, ganharão com isso — pois, regularmente, vemos que a vida se aproveita dos males que domina. Além disso, a menor coisa, que pode encontrar-se amanhã, bastará para os tornar inofensivos: Não é, pois, isso o que nos obriga a restringir a nossa visão. Esses homens têm ideias e sentimentos que ainda não tinham os de La Bruyère.

—Prefiro a besta simples e nua, à deusa semi-bestas — murmurei.

—Fala você assim, segundo a primeira experiência, a dos poetas, que vimos — repuz. Não a misturemos com a que examinamos. Essas ideias e sentimentos são pequenos e baixos, se você quer. Porém o pequeno e o baixo e já melhor que o que não existe. Quasi lhe não serve mais que prejudicar-se e persistir na mediocridade em que se encontram. E, amíúde, assim sucede na natureza. O mais que esta concede não serve desde logo mais que para o mal, para empobrecer o que parecia querer melhorar. Mas, por fim, de todo esse mal resulta sempre algum bem.

Para mais não tenho empenho algum em provar o progresso. Segundo o ponto de que se observa é uma coisa muito grande ou muito pequena. Fazer alguma coisa menos servil, alguma coisa menos penosa à condição humana, é um ponto enorme, e, quicá, o ideal mais seguro. Porém, avaliando pelo espírito, um instante desinteressado das consequências materiais, a distância entre o homem que marcha à frente do progresso e o que se arrasta, cegamente, atrás dele, não é considerável. Entre esses jovens rudes, em cujo cérebro não se agitam mais que ideias informes, há vários em que se encontra a possibilidade de alcançar, em pouco tempo, o grau de consciência em que nós vivemos.

Surpreende o intervalo insignificante que separa a inconsciência dessa gente, que parece completa, da consciência que é tida pela mais elevada.

Maurice Maeterlinck

A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

recomenda a leitura de «A Batalha» e «Vanguarda Operária»

Luís Fabri

Os fenómenos de regressão que vamos verificando, com preocupação, em todos os campos, espiritual e político, artístico e económico, obrigam-nos a uma pergunta: Estamos em frente da agonia de uma civilização que se esgotou, porém que cede o lugar a outra, ou assistimos, impotentes, à morte da verdadeira civilização e ao prólogo de um retorno à barbárie?

A segunda hipótese, por inverosímil que pareça, não é, de nenhum modo, historicamente, impossível. Parece haver a certeza, por exemplo, de que quando foi descoberta a América, as populações deste enorme continente estavam atravessando o último período de decadência, que se confundia com a barbárie. Os europeus chegaram a supor uma rica civilização que haveria tido dois magníficos focos no norte e no sul, no México e no Perú. Essa civilização era de tipo e género completamente diversos das que tiveram os seus focos próximo do Ganges e em torno do Mediterrâneo, porém não menos luminosa e interessante.

De outros períodos históricos de civilização enormemente avançada, ficaram indícios na Ásia Menor, na China e no Egipto, onde, desde há milhares de anos, está completamente extinta. E junto as ruínas, amíúde, inexplicáveis, num lapso de tempo relativamente curto, ressurgiu uma vida civil bastante medíocre, que não poderia ser comparada nem com antiqüíssima, de que se estudam, com ávido interesse, os indícios, nem com a contemporânea, europeia e americana, de que vemos a decadência.

Certamente, é muito mais difícil a morte da civilização quando esta, com todos os seus defeitos, regressões e degenerescências, porém também com os seus triunfos de pensamento, de ciência, de arte e de progresso em todos os campos, cubriu com ela e com os seus multiformes monumentos, os velhos e novos continentes. Porém difícil não significa impossível. Seria indolência agarrarmos-nos a uma fé fatalista pelo futuro, como se necessária e automaticamente, sempre o futuro tivesse que ser melhor que o passado. Herdamos esse exagerado optimismo do passado, embora sobre ele, as últimas guerras, derramassem verdadeiras torrentes da água fria. Aquele optimismo se bem que não exista já no fundo das consciências, permanece, todavia, nos hábitos mentais e na linguagem. Sentem-se hoje ainda e leem-se expressões daquele velho estado de animo: «Não se volta para trás», «os factos trabalham por nós», «a história caminha para a liberdade», «o progresso pode deter-se, mas não se anula» e outras frases semelhantes, as quais, na realidade, significam só que há o desejo de não voltar para trás, de que os factos nos deem razão, de que a história caminhe para uma crescente liberdade, de que o progresso não seja anulado, etc., porém, não que tal desejo se realize fatalmente e como que por uma lei natural, independente da vontade, da acção ou inacção dos homens.

Muitos deixam seduzir-se pelo espectáculo verdadeiramente maravilhoso dos progressos no campo dos descobrimentos e das invenções mecânicas, pela cultura enciclopédica de um número cada vez maior de indivíduos, pelo aumento das possibilidades de comodidades materiais, pelas construções cada vez mais mastodonticas ou engenhos-

sas, etc. Não se apercebem, contudo, da ausência, cada dia maior, em tudo isso, de um sentido humano superior, e, até mesmo, da verdadeira e própria mortificação do espírito que dele deriva, com uma negligência total que, não raramente, se converte em negação dos valores espirituais, de todo o sentimento de amor, de simpatia ou de liberdade interior. Somos obrigados a verificar que o progresso moral não vai, de modo algum, a par com o progresso material; que este pode servir para sufocar aquele; que a instrução ávidamente cultural e utilitária não é, precisamente, educação; que ciência não significa sempre humanidade e liberdade, senão que pode chegar a ser odioso instrumento contra uma e outra e, até, meio de reimpedimento colectivo. Basta pensar, para o verificarmos, na função de certa imprensa industrializada e de grande tiragem ou, mesmo, em certos estúpidos espectáculos cinematográficos e radiofónicos, ainda, mesmo, sem repararmos no horror de todas as sciências físicas e químicas, postas ao serviço da guerra para destruir e envenenar com explosivos e gases asfixiantes, a pobre humanidade...

Não procuro, como se pode julgar, desprezar ou condenar os progressos das sciências físicas, químicas e mecânicas. O espírito humano tem necessidade delas para elevar-se, refinar-se e tornar conscientes o maior número possível de indivíduos. O que se condena é ter-se transformado, a pouco e pouco, o meio em fim de si mesmo, usando-o como instrumento de corrupção e de regressão nas mãos das potências económicas e políticas, interessados em deter, limitar e destruir os progressos materiais e morais da humanidade que se dirigem para uma vida colectiva mais justa, mais fraterna e mais livre.

* * *

Há progressos do espírito humano, no sentido de uma vida mais elevada do indivíduo e da colectividade, cada vez menos bestial e menos brutal, com a supremacia crescente dos sentimentos de simpatia e de apoio mútuo sobre os de ódio e de destruição recíproca, realizados através dos séculos, por múltiplas e multiformes evoluções e revoluções do pensamento e dos povos, há progressos do espírito humano, dizia que pareciam definitivamente conquistados para a humanidade e são postos, agora, em perigo. São exemplo, os progressos da grande revolução de 89 e até alguns da velha revolução cristã, que, sob tantos aspectos, se considerava ultrapassada.

A última manifestação do progresso humano deu-se através do desenvolvimento daquele período especial mais recente e em parte contemporâneo, que se chama capitalismo, não porque o capitalismo tenha qualquer mérito ou porque o tenha engendrado, senão porque o desenvolvimento deste teve necessidade, daquele. Esse progresso arrancou do capitalismo e dos contrastes que produziu os elementos materiais para desenvolver-se. O capitalismo, porém, depois de se ter servido sem escrúpulos de todas as forças vitais da sociedade, mesmo de não poucas forças revolucionárias, à medida que se sentiu forte e sob o seu domínio viu sem progresso em contraste com o seu, prevendo a libertação das energias a ele submetidas, do seu jugo, mexeu-se contra o mo-

vimento de progresso, de que se tinha servido, e mexe-se cada vez mais violentamente, até negar com os factos, combatendo com ferocidade, todo o progresso, não só futuro, senão também passado.

A ameaça, o perigo, é duplo.

Temos a impressão, valorizada pela experiência histórica e por uma quantidade de sintomas contingentes, que demoraria examinar aqui—mesmo já foram examinados pelos que se dedicam ao estudo das questões sociais—que o período histórico do capitalismo está no seu declínio. Esse declínio aumenta como a velocidade de corpo que se precipita. Na história dos factos humanos, porém, não há leis precisas e ineludíveis, como na história natural. Amíúde as excepções às leis que se veem formulando, são tais que destroem a regra. O capitalismo, que não devemos confundir com a civilização sua contemporânea que tomou o seu nome, podia, também deter o seu tombo, vencer com um esforço de inhumanidade e de violência as forças de progresso que o rodeiam e o assaltam, reafirmar o seu domínio sobre a escravidão das forças a ele submetidas, escravidão tornada mais férrea. A sua agonia podia ser tão longa em relação à vida humana e suas gerações, que seria, para nós, equivalente, ou quasi, ao seu triunfo já entrevisto.

Neste último e duplo caso é evidente que nos encontraremos em frente dum retorno à barbárie, à morte de toda a civilização, ao obscurecer desta por um espaço de tempo tão longo que equivaleria à morte, para nós e para nossos filhos. Porém, ainda na hipótese da precipitação rápida do capitalismo e da parte de civilização que lhe é comum, há o perigo de que arraste na queda não a sua civilização especial somente, senão toda a civilização que se elaborou até à actualidade, toda a civilização humana no seu mais amplo significado, e que a ela suceda, igualmente, um período incomensurável de barbárie, de modo que em mil e tantos anos a humanidade futura se encontre ante a perspectiva de reiniciar todo o caminho percorrido até aqui.

E não se falará, então, da civilização actual mais que como hoje se fala das civilizações antigas dos chineses, dos indianos, dos gregos, dos egípcios ou dos Aztecas.

Estas previsões podem parecer, e desejá-riamos que na realidade assim fosse, dum exagerado pessimismo. São eventualidades e probabilidades que não têm nada de fatal e inevitável. O que importa é convencermos-nos de que, tampouco, o contrário, a previsão optimista, é inevitável ou fatal. Tudo depende, na verdade, do jogo das vontades humanas em contraste e da sobreposição, nesse jogo, das vontades de progresso civil, as quais não somente não permitem a anulação dos progressos já conseguidos, senão que consolidam estes e os amplificam de maneira a permitir à humanidade alcançar, por fim, uma estável paz social, digna desse nome, na qual os valores do espírito predominem de modo que toda a regressão se torne impossível e a civilização humana encontre a sua realização, sólida e firme numa organização social baseada na simpatia e no amor, na justiça fraterna, no apoio mútuo, no trabalho comum, na liberdade para todos.

Isso será a condição de que a vontade dos homens de progresso, especialmente dos trabalhadores que mais interessados estão nele, operários manuais e intelectuais, seja tão forte como para engendrar o esforço enorme e necessário para vencer todas as forças de conservação e de reacção, organizadas em volta do baluarte capitalista-estatal, e seja ao mesmo tempo tão consciente como para não ocupar o posto deste nas suas funções mais malélicas, como para não fazer seus os erros, as prepotências e as infâmias, como para não se esgotar num simples e árido esforço de repressão, senão para vencer o mal que leva em si como o que tem contra si, e fazer triunfar, efectivamente, os valores morais superiores e opostos aqueles contra os quais combateu.

Verdadeiramente, poder-se há dizer então, que a morte da era capitalista e estatal terá marcado, é verdade, o fim de uma civilização, mas não da civilização. Terá declinado uma civilização imperfeita, parcial e injusta, para deixar o caminho livre a uma civilização superior, mais ampla, integral e perfeita e, sobre tudo, mais estável e ao todo levando os seus benefícios.

Na Bulgária

Despeito que leva ao crime

Foi exilado para a ilha de São João o camarada Velko Stoyanoff, onde um fascista o tentou assassinar, despeitado pelo bom acolhimento que lhe tinha dado a população local. A tentativa foi feita quando Stoyanoff lavava a sua roupa, o qual, com o auxílio dos guardas dum farol, conseguiu desarmar o seu agressor e lançar a arma ao mar.

Depois disto, Stoyanoff é que foi preso, e ferozmente agredido pela polícia, sendo só posto em liberdade, graças ao testemunho dos guardas do farol.

A sua vida, porém, continua ameaçada pelos fascistas.

Na revista mensal de sciencia, sociologia e arte —

«AURORA»

encontra-se, em todos os números, leitura útil ao estudioso

Recomendamos a todos os camaradas que tenham de tratar qualquer assunto com a administração e redacção de «A Batalha», que se dirijam em correspondência — quando doutro modo seja impossível — para o APARTADO N.º 329 — Lisboa.

Também recomendamos que toda a correspondência, pedindo modificação nas remessas de jornais, deve estar aqui na antevéspera do dia da saída do jornal.

PELOS TEXTEIS

AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DA BEIRA-BAIXA

procuram resolver a enorme crise que os atinge, e fazer cumprir o horário

A indústria têxtil emprega, no nosso país, uma população operária superior a 100.000 indivíduos de ambos os sexos e, contudo, não é das que são olhadas com mais atenção. Os trabalhadores que empregam a sua actividade nessa indústria, lutam com crises contínuas que causam situações desesperadas, chegando a miséria a atingi-los de tal forma que são impelidos a estender a mão, pedindo esmola. Por outro lado, as suas condições de trabalho são revoltantes. Chegam a permanecer nas fábricas 16 horas, trabalhando sem descanso. Ajunte-se a este facto, as emanacões químicas que veem das tintas, os lugares de trabalho nada higiénicos, os lares dos trabalhadores pouco recomendáveis para habitação de seres humanos e teremos uma noção aproximada da realidade.

O horário de trabalho é, entre os têxteis, um problema importante, pois dele, em parte, depende a solução da crise que os atinge. Em parte alguma é cumprido o actual horário, obrigando-se mulheres e crianças a trabalharem por um espaço de tempo excessivo. Este facto além de prejudicar a saúde dos trabalhadores, prejudica-os como operários, pois assim, os industriais, limitam o pessoal. Se este trabalhar 16 horas, são precisos menos produtores. Daí a crise com todo o seu cortejo de miséria e de baixezas.

Esta situação que se vinha agravando, que vinha atingindo, dia a dia, um maior número de operários, levou os têxteis da Beira-Baixa a reunirem para estudar o problema. Assim em Julho do corrente ano, na villa de Gouveia, encontraram-se representantes de cerca de 20.000 operários. Entre outras resoluções foi resolvido elaborar uma representação que seria entregue a um representante do governo.

Dessa representação destacamos os seguintes períodos, que elucida bem de quais as reclamações feitas pelos operários têxteis:

Sendo a indústria têxtil uma das que maior número de operários comporta em Portugal, necessitam os seus componentes de assegurar o seu trabalho quotidiano a fim de se livrarem das crises periódicas que de vez em quando lhes batem à porta, acompanhadas de negra miséria. No seu entender a forma mais prática e também a mais viável, de resolver este problema reside no cumprimento integral do disposto no Decreto n.º 5.516 e na revogação do artigo 13.º e suas alíneas, da Portaria N.º 3.244, de 22 de Julho de 1922, o qual determina que a jornada de trabalho possa ser alterada de comum acordo entre patrões e operários. Isso dá como resultado haver operários a trabalhar diariamente 12, 14 e 16 horas em prejuízo de outros que não encontram onde empregar a sua actividade para assim poderem angariar o sustento necessário para se manterem e poderem manter a sua prole.

Esta situação não é somente observada por nós, operários. Industriais há que também reprovam este regime de trabalho e optam por uma distribuição recíproca, de forma a evitar o desemprego, como se depreende da leitura da representação que a Associação Industrial Portuguesa enviou aos Senhores Ministros do Interior, Finanças e Comércio, e Director Geral das Indústrias e da qual respigamos o seguinte: «Criou-se uma legislação de trabalho fabril, marcando o dia normal de 8 horas de trabalho e assegurando à mulher e à criança um regime especial. Entretanto, pela porta falsa de todas as leis, estabeleceram-se por uma portaria a facilidade de um acordo tácito entre patrões e operários para ser excepção-

nalmente e com autorização das autoridades administrativas, elevada essa duração de trabalho com o correspondente aumento de salário. Nas cidades o dia normal de 8 horas é rigorosamente cumprido, outro tanto não sucedendo, na maioria dos casos, na provincia, principalmente quando as instalações fabris são deficientes. O operário substitui a máquina aceitando o trabalho nocturno, por turnos, chegando alguns indivíduos a trabalhar 16 horas e sendo as mulheres que dão maior contingente para se poder manter este desgraçado regime. Praticamente verifica-se maior desproporção entre as fábricas que cumprem o horário legal e aquelas que o não cumprem, à sombra de autorizações especiais».

Ora, as palavras que acima ficam expressas, ditas como foram por industriais, são bem a prova mais concreta da razão que nos assiste nesta justa e legítima pretensão. Outro assunto de não menos importância queremos também tratar junto de Vossa Excelência, porquanto é também um poderoso factor a contribuir para a crise do desemprego: «E' a forma como se desrespeita o Decreto N.º 14.498 de 27 de Outubro de 1927, não havendo pela parte do industrialismo o menor escrúpulo em abrigar a mulher e a criança a trabalhar 16 horas seguidas em oficinas essencialmente insalubres com uma remuneração verdadeiramente ridícula. Sendo a causa primária do seu desrespeito a solimação feita ao artigo 8.º do supracitado decreto, o qual considera o trabalho nocturno executado desde as vinte e uma horas às cinco da manhã, nos meses de Maio a Outubro inclusive, e das vinte às sete horas nos outros meses do ano, e como este artigo dá margem a transgressões, pois não é fácil uma rigorosa fiscalização, pedimos a Vossa Excelência para que seja mo-

(Continua na 7.ª página)

VENDAS NOVAS

A situação económica dos trabalhadores

VENDAS NOVAS, 18 — É devesa assustadora a crise porque estamos passando. Mais de 50 % dos trabalhadores rurais estão sem trabalho, o que se não justifica, pois há lavradores que despedem operários da localidade e, em seu lugar, metem gente vinda do norte, que se sujeita a um salário menor. Ainda não há muitos dias que um grande lavrador da dita sítio, despediu os trabalhadores desta localidade e meteu gente que mandou vir do norte. Este é um dos lavradores mais abastados e é, também, um dos mais gananciosos exploradores dos desgraçados que têm a infelicidade de trabalhar debaixo do seu domínio. Além disso não tem o pessoal no seguro e quando algum se fere, este despota não paga o tempo que está impossibilitado de trabalhar, como está sucedendo com o camarada José Marques, que teve de recorrer ao tribunal de desastre no trabalho.

Nas outras indústrias não está a situação melhor. Em duas fábricas daqui acabam os operários de sofrer uma baixa de salários, que não se justifica por que além dos industriais, comprarem as cortiças mais baratas, os géneros de primeira necessidade estão subindo de preço. O pão, o azeite, numa palavra todos os géneros indispensáveis à vida, compram-se mais caros.

Já se realizou uma reunião para tratar da baixa de salários mas os próprios interessados parecem desinteressados do assunto. Seria bom que todos os camaradas desta localidade se interessassem mais por estas coisas. — (C.)

Um «trust» na Indústria Chocolateira

Na indústria de chocolates de Lisboa há em preparação um «trust» que vem prejudicar os operários nela ocupados

A Racionalização, é, segundo a sua natureza, uma realização da estrutura económica da actualidade e corresponde, segundo os marxistas, ao grau de evolução das forças produtoras, determinando novas estruturas e novos sistemas jurídicos e políticos. Ela abrange já todos os campos de acção económica e política, modificando a própria orgânica da sociedade, como até a directriz dos movimentos que se opõem ao alargamento da influência capitalista, senão ao seu desaparecimento.

A Racionalização actua duma forma intensiva em todas as manifestações das forças produtoras, embora o seu domínio seja maior nas chamadas indústrias básicas (siderurgia, metalurgia, etc.), indústrias extractivas (carvão, ferro, etc), e na circulação de produtos, comércio e distribuição.

Este fenómeno abrangendo o capital, a técnica e o trabalho, as três manifestações do sistema económico de hoje e sua base, vai-se estendendo por toda a parte, beneficiando, apenas, o capital e a técnica, quando deveria, sobretudo, beneficiar o trabalho, tornando-o menos doloroso, materialmente mais compensador.

Mas não. Sucede, precisamente, o contrário.

A ansia de lucros, de domínio, leva os capitalistas a um desprezo completo por outros problemas que não sejam maior produção com o menor gasto possível. Isto é, maior possibilidade de saciarem o seu insaciável desejo de ostentação e de orgia.

Em Portugal também a racionalização tem feito sentir os seus efeitos. Começou por se manifestar na montagem de maquinismos, por uma ou outra aplicação de métodos de trabalhos em tanto racionalizados já, na actualidade, nos aparecer, já, dominando, de certo modo, a vida económica.

Já se aplicam para os métodos científicos de trabalho e já, mesmo, os industriais e comerciantes se servem dos recursos da finança para desenvolvimento das suas empresas. Isto é, a racionalização vai seguindo idêntico rumo ao que seguiu em outros países.

Agora surge, também, a preocupação pelos «trusts».

E o caso que melhor revela a maldade dos desejos dos capitalistas e o alcance da sua actividade é o que se relaciona com a indústria chocolateira.

Explicuemos:

A indústria chocolateira é formada, em Lisboa, pelas fábricas Suíça, S. I. C., Favorita, Camerana, Colonial, Regina e Aliança.

As que dispõem de mais força, as que melhor podem dominar o mercado, são a Aliança e a S. I. C. Ambas disputam, como é natural, o mercado.

A Aliança chega a colocar no mercado produtos a preço muito inferior ao seu custo, visando debilitar os concorrentes para ficar senhora do mercado. Por sua vez

a S. I. C. faz o mesmo. Esta luta traz naturalmente prejuízos. Estes, na quasi totalidade, são cobertos, na Aliança, pela secção de bolacha e farinha; na S. I. C., pela torrefacção.

A luta pela conquista do mercado que desenvolvem estas duas empresas, em nada beneficiam o público. O comerciante vende os produtos pelo mesmo preço, como se não existisse a tal concorrência e como se os comprasse a preços sempre normais e altos.

Esta luta prejudica imenso os que trabalham na indústria chocolateira.

Os operários das fábricas de menor produção e de menos força trabalham, geralmente, quatro dias por semana. Compreende-se a situação de miséria que atravessarão trabalhadores com tão poucos dias de trabalho e com salários baixos.

Só a Aliança consegue manter a semana inteira, chegando a fazer serões que se estendem, por vezes, por toda a noite. Mesmo aqui, onde os patrões podem ver benefício para os operários, estes são prejudicados. Trabalhando em excesso prejudicam a sua saúde e concorrem para acentuar a miséria dos seus camaradas doutras fábricas, atingidas pela concorrência.

Agora surge um aspecto novo com a organização dum «trust» da indústria dos chocolates.

Vencidas as resistências, vieram os acordos e a dar-se a concentração, os operários que se empregam naquela indústria serão reduzidos. Hoje, trabalham na indústria de chocolates para cima de seiscentos operários; com a concentração ficarão reduzidos a umas

Reclamações operárias

No movimento operário português está-se notando um ressurgir de actividades animador. De vários lados nos chegam notícias da acção desenvolvida por vários sindicatos, procurando evitar que se percam algumas das regalias que o operariado português disfrutava. Notamos, ainda, a preocupação pela reivindicação de novas medidas, com o intuito de levar o operariado a opôr-se ao avanço, do mal que nos atinge na nossa situação económica.

E' bom que assim revelemos o nosso interesse pelos nossos assuntos.

O que, porém, falta a essa actividade é uma maior unidade tática, unidade que deve conseguir-se por um entendimento regular entre os vários organismos operários dispersos pelo país e os órgãos de coordenação: Federações, Camaras Sindicais e Central.

É necessário, sem perda de tempo, que se estabeleça essa maior unidade, devendo começar as Federações e as Camaras Sindicais por levar a sua acção coordenadora o mais longe possível e os sindicatos operários por corresponder, prontamente, aos esforços que, naturalmente, lhes serão exigidos pela natureza das suas funções.

escassas dezenas. Os empregados de escritório dessas fábricas são hoje, aproximadamente, cem; com vergindo os serviços de armazen e de escritório para um ponto, não serão precisos mais de dez.

Por estes números poderemos avaliar dos efeitos da crise. Esses operários despedidos não encontrarão trabalho, porque não haverá indústria de chocolates que não pertença ao «trust». Ficarão sendo, portanto, operários desqualificados, entregues ao acaso e a miséria.

Tal é, vista de relance, a consequência da actividade capitalista dentro da racionalização.

A Comissão Inter-Federal reuniu e apreciou este caso, analisando e estudando, com cuidado, o assunto. Verificou que há necessidade de evitar que mais trabalhadores venham engrossar o número dos sem-trabalho, resolvendo avistar-se com operários, trabalhando naquela indústria, a fim de, com eles, acordar na melhor forma de conduzir a actividade dos trabalhadores ameaçados, de modo a evitar os despedimentos.

A Camara Sindical do Trabalho de Lisboa, também se ocupou do assunto.

CURIOSO

Como se celebra um novo tratado

Um amigo nosso, residente na América, envia-nos uns recortes de jornais. Dêis aproveitamos o que segue, por acharmos interessante a revelação:

«Notícias interessantes da Rússia: Stalin, patrão do bolchevismo, celebra o novo tratado comercial com a Inglaterra, encomendando nove automóveis ingleses que custam entre 13 e 15 mil «dollars» cada um.

Na América, apenas Paul Block, illustre publicista, tem a noção de que pode possuir nove Rolls Royces, e com ele a coisa é negócio. Ele usa-os para levar importante conselheiros para qualquer parte que queiram ir.

Quando Stalin e outros pensam que um carro de \$15.000 é necessário, é um sinal maior do que a mão dum homem. Significa que alguém está começando a gosar riqueza e isso não significa coisa boa para o comunismo.

Muito tempo, esta coluna disse aos inocentes banqueiros de Wall St. impossibilitados de cobrar dinheiro emprestado à Rússia:

«Ajudem-os a enriquecer, as suas ideias mudarão, e eles serão tais como nós».

Artur Brisbane

Este número foi visado pela Comissão de Censura

PELOS MARÍTIMOS

A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DO MAR DE SETUBAL

As suas condições de trabalho são tudo quanto há de mais desumano

Esta classe, atravessa, presentemente, uma angustiosa situação económica. As suas condições de trabalho e sua remuneração, que já não eram das melhores, desceram até um nível, que, de maneira nenhuma, está à altura do esforço despendido na árdua labuta da pesca.

Analisada a situação desta classe, forneceremos uma prova bem categórica do valor da Associação, quando esta, pelo esforço dos seus componentes, actua com perseverança.

Em tempos tinham os marítimos condições de trabalho estabelecidas pela Associação e aceites pelos Armadores, que, em geral, eram sempre cumpridas. Desaparecida ou afrouxada a actividade da Associação, cada armador estabeleceu as condições de trabalho que entendeu, que cumpria ou não, conforme o seu critério. O resultado era de esperar. Quando o latrocínio era mais violento, as companhias esboçavam protestos, mas quasi sempre inúteis por falta de coesão.

Como tudo tem um termo, e como a ansia de exploração, por parte dos Armadores, é insaciável, os Marítimos aprestam-se para reagir contra tal estado de coisas, verdadeiramente revoltante.

Estabelecem os contractos de matrícula que o pessoal de cada companhia é composto pelo número de homens suficientes para a boa execução do serviço. Nesse número está também incluído o pessoal dos armazéns. Há para todo este pessoal, uma percentagem de 25 % do producto liquido da venda do peixe, depois de deduzidas as despesas com Alfândega, sal, archotes, vendas, etc., enviadas, etc. Para todas estas despesas é tirado à larga, pois nunca aos marítimos se diz a quanto montam esses fornecimentos. Chega-se a meter despesas com sal e archotes os dois artigos sobre os quais

se podem estabelecer melhor os cálculos — mais do dobro da importância gasta. Mas depois de tudo isto, e contrariamente ao que se encontra estabelecido nas matrículas, dos refinados 25 %, ainda são tiradas muitas mais partes do que tiram a totalidade dos homens que compõem a companhia. Casos há, verdadeiramente escandalosos, de que dá uma noção o facto de se tirar parte, para o «chauffeur» do patrão, para a criada, para a senhora e para a segunda senhora e às vezes para os filhos duma e doutra.

Estabelecem ainda os contractos de matrícula, que aos marítimos, quando doentes, serão abonadas as percentagens a que tiverem direito, bem assim como o diário e que só quando a companhia se negar a dar a percentagem, o armador não será obrigado a pagar o diário.

Sucede, porém, como muitas vezes se tem verificado, não lhe pagarem o diário e a rem ainda com a percentagem.

De tudo isto resulta que os marítimos, nunca sabem quanto ganham, mas apenas quanto recebem. Para obviar a este mal é necessário que a percentagem seja estabelecida sobre o rendimento bruto da venda de todo o peixe pescado. Além desta percentagem cabe ainda à companhia uma determinada porção de canastras de peixe, que em tempos era vendido pelos próprios. Sucede que actualmente como em cada barco não é consentida mais do que uma lota, o peixe é ali vendido pelo armador, que o paga aos marítimos em dinheiro, mas muitas vezes por menos de metade porque foi vendido.

Um outro assunto tem também, para os Marítimos, uma importância capital. Refere-se ele ao descanso semanal, que por lei é estabelecido para todos os trabalhadores. Entendem os Marítimos, que para melhor regulamentação do descanso é devida ser estabelecido, naquela classe, em 48 horas por cada quinze dias como já sucedem em tempos e que pelos Armadores deixou de ser cumprido. A este respeito praticam-se actualmente, verdadeiras barbaridades, em especial nos cercos que têm como mestres e encarregados os seus próprios proprietários. Estes ficam em terra todas as semanas, um ou dois dias para descansarem e, neste caso, os barcos só param quando têm de fazer qualquer reparação. Acresce ainda a circunstância de que estando em terra, têm todos os vencimentos como se andassem sempre no mar, indo assim diminuir, ainda mais, os já escassos proventos dos que são apenas trabalhadores do mar. Desta maneira se encontram os Marítimos privados de todo o contacto social e, o que é bem pior ainda, estão também privados do convívio de suas famílias. Depois, obrigando-os assim a viver à margem de toda a vida civilizada e civilizável ainda, por cima, os apodam de rudes.

Este caso que tem merecido, como é natural, as melhores atenções dos trabalhadores do Mar, de Setubal, é revelador dos inconvenientes dum abandono dos seus sindicatos, embora temporário, por parte dos trabalhadores. Estes não podem, por principio algum, entregar-se ao acaso, descurando a defesa da sua vida e a dos seus Carreiros de se organizar e de imprimir aos organismos criados uma directriz que, pela conquista de melhorias imediatas e pela preocupação dum desenvolvimento, em todos os sentidos, da personalidade atinja o desiderato máximo: a sua emancipação integral.

«Foge sempre de te meteres em disputas; porém, logo que metido nelas, opera de maneira que o teu antagonista fuja de ti.» Shakespeare

VULTOS DO PASSADO

Luísa Michel e Leão Tolstoï

O que foi a vida de ambos e o que ela sugere

LUIA MICHEL

Que vida magnífica, abundante em detalhes dramáticos, em feitos maravilhosos e extraordinários, foi a existência da «boa Luísa»!

Quando ela abandonou o castelo onde passara a sua juventude e entrou no mundo como professora, estava imbuída de ideias radicais e anti-clericais. Essas ideias, porém, não estavam de acordo com o ensino que se ministrava nas escolas de Napoleão III. Que importava? Luísa instruiu os rapazes conforme as suas convicções, e não como o exige o governo imperial. Diz às crianças que Napoleão é um criminoso, um tirano, um traidor da República; ensina-lhes cantos revolucionários e outras coisas. Os pequenos mostram-se muito contentes com a estranha professora, mas o director chega bem depressa à conclusão de que ela não serve para o magistério. Luísa dirige-se então para Paris, e ante seus olhos abre-se um novo mundo. Entra em intimidade com os chefes da democracia radical, ao mesmo tempo que frequenta as assembleias da Internacional e os centros clandestinos dos comunistas. Trabalha de dia e de noite, esquecendo completamente a sua existência material. Um só desejo anima o seu coração: a ruína do Segundo Império. Participa de todas as tentativas revolucionárias contra Napoleão III, e quando o trono cai, destruído na voragem da guerra franco-alemã ela é a primeira a atacar a chamada República de Setembro, a república da burguesia francesa. Vem depois o 18 de Março de 1871. A capital sublevada proclama a Comuna.

Luísa Michel adquire forças gigantesca, é a encarnação do temperamento revolucionário, a personificação do entusiasmo rebelde. É incansável na sua actividade. Fala às multidões e publica os seus artigos ruidosos em *Le cri du peuple* (O grito do povo). Logo vem a catástrofe, o último acto da revolução francesa: a Comuna trava uma luta de vida ou de morte com a reacção combinada do Estado e do Capital. Nas barricadas, vestindo o uniforme da Guarda Nacional, espiçada na mão, Luísa é ferida no assalto de Port-Ivry e, antes que a ferida se cure, encontra-se novamente no campo da batalha. Cuida dos feridos, beija os lábios agonizantes dos irmãos caídos, e luta nas barricadas. A Comuna cai; no Père Lachaise e no sangrento combate de Sartori morrem os seus últimos defensores.

Luísa Michel encontrou nesse momento um refúgio seguro. Mas em breve sabe que a reacção se prepara para acusar dos seus actos a sua querida mãe. Em vão os seus amigos procuram demonstrar-lhe que a notícia não é exacta; Luísa não se deixa convencer, e entrega-se nas mãos dos carrascos sanguinários. A 16 de Dezembro de 1871 aparece perante os seus juizes, pedindo para si a pena de morte. A sua atitude nesse tribunal é heróica; censura em termos apaixonados os assassinos da Comuna, chamando-lhes cães cobardes, e jura que, se for absolvida, não cessará de sublevar o povo contra os seus algozes. O conselho de guerra condena-a a reclusão na Nova Caledónia. Os seus parentes valem-se de todas as influências para libertá-la; porém, Luísa declara que só voltará juntamente com todos os outros. Durante nove anos arrastou as cadeias do presídio, até que, finalmente, foi posta em liberdade com todos os seus companheiros, graças à amnistia de 1880.

O proletariado francês recebeu com ruidoso entusiasmo a sua «boa Luísa». Alguns dos que tomaram parte na Comuna perderam o valor no exílio, mas Luísa ficou a mesma de sempre. Em 1882 foi condenada a duas semanas de prisão por ofensas feitas à polícia, e nessa mesma época aderiu à tendência anarquista do socialismo.

Ao celebrar-se em 1883 as grandes manifestações dos sem trabalho, Luísa encontrava-se à frente do movimento. Via a fome atacando os seus filhos, os proletários de Paris, e sabia que nada podia ser remediado com palavras bonitas.

«Vinde, filhos, eu vos darei de comer», disse à multidão faminta. E levantando a bandeira negra quebrou os vidros de algumas padarias e talhos a fim de prover os pobres e miseráveis. Foi condenada a seis anos

Eis dois vultos do passado que Rudolfo Rocker e R.N. fazem reviver.

No primeiro ressurgiu todo um espírito dinâmico, preocupado sempre com a acção imediata, com a intervenção nos acontecimentos que se iam desenvolvendo. Luísa Michel, de facto, não vivia para mais nada. Os oprimidos despertavam-lhe energias recônditas e frementes, que a levavam à barricada, ao sacrifício, à própria destruição do seu organismo. Não confiava, apenas, na acção do pensamento e da educação. Allava estes factores, de reconhecida importância numa transformação social, à acção destrutiva dum regime ignominioso, que a irritava pelas desigualdades que alimentava, pela iniquidade, sua razão de ser.

Em Leão Tolstoï, há todo um contraste. Nascido na Rússia, herdado desse misticismo que faz dos seus compatriotas enormes resignados no sofrimento, confiava tudo à educação à não-violência. Nada o irritava tanto como o derramamento de sangue. Se ansiava por uma transformação social, por caminhar para uma sociedade onde não fossem possíveis os inconvenientes e imperfeições desta, como poderia desejar uma revolução violenta, o derramamento de sangue, a confusão que traz um despertar de energias destinadas a fazer táboa raze de todos os valores sociais anteriores! Não, não podia. É possível que Tolstoï tivesse razão. Gandhi, na Índia, com a aplicação dos seus métodos de luta, conseguiu já vitórias parciais que devem entusiasmar os adeptos de tal doutrinarismo. Mas não devemos esquecer que no outro método, naquele em que Luísa Michel a reditava e seguia, as vitórias têm sido, ainda, retumbantes.

Qual deles preferir?

O temperamento de cada indivíduo, as condições do meio, as possibilidades de momento determinarão os métodos de luta a empregar. E a eles terão de submeter-se os homens, com mais ou menos entusiasmo, com mais ou menos possibilidades de vitória. Contudo, é bom que nos detenhamos na análise de ambos. Daí podemos arrancar elementos de estudo, necessários à doutrinação e propaganda ideológica.

de cárcere; porém, foi posta em liberdade pela amnistia de 1886. Neste mesmo ano foi novamente condenada por ofensas ao governo; depois obrigaram-na a abandonar a França, pois as autoridades tinham a intenção de recolhê-la num Manicómio. Durante os muitos anos que viveu na Inglaterra escreveu algumas novelas e duas pequenas colecções de versos. As suas novelas *A miséria*, *Os matritos*, *A filha do povo* e sobretudo *Os micróbios humanos* e *O novo mundo*, são principalmente descrições da miséria do proletariado e acusações veementes contra a sociedade moderna. Nelas se reflecte toda a riqueza do seu carácter extraordinário, os seus sentimentos profundos e nobres pelos humildes e explorados, e em particular essas relações misteriosas, quasi místicas, que existiam entre ela e as multidões operárias de Paris. Ainda antes de abandonar a França editou o primeiro tomo das suas *Memórias*. O seu último trabalho de carácter literário foi um excelente livro sobre a Comuna de Paris.

Nos últimos anos da sua vida fecunda fez algumas «tournées» de propaganda por toda a França; achava-se em Marselha para pregar a ideia da libertação geral por meio da revolução social, quando a morte interrompeu bruscamente a sua actividade incansável.

Rudolfo Rocker

LEÃO TOLSTOÏ

Quem não recorda, ao ouvir ou ler o nome de Leão Tolstoï, a figura veneranda dum simpático octogenário de longa cabeleira e barbas brancas como cândidos poemas de bondade, «de nariz de larga cana como de um bom cão», na frase de Romain Rolland, e de olhos fundos e melancólicos, de duende, irradiando sobre nós, amoravelmente, coada pelos quebra-luzes de espessas sobranceiras, a estranha luz de ignorados sois, que lhe abraçavam o espírito?

Esses olhos que nos contemplam, fixa e scismadoramente, buscam ler nas profundezas da alma humana a decifração dos mis-

teriosos enigmas, que encobrem a justificação dos horrores da nossa vida social.

Sim, Leão Tolstoï soube analisar bem os homens por meio da poderosa lupa do seu génio clarividente. Estudou, vivendo-os e experimentando-os pessoalmente, todos os bens e todos os males do mundo, as generosas virtudes e sórdidas ignomínias. Foram as próprias faltas, os próprios vícios, que ele profligou e dominou no decurso da sua agitada vida de oitenta e dois anos. Fora um exaltado patriota e um militar cheio de bravatas na sua juventude, tomando parte nas batalhas da Crimeia como oficial do exército russo; tivera todos os vícios das pessoas da sua categoria social: jogador e libertino, dissipara, durante a mocidade, parte da sua fortuna na paixão do jogo de azar e na conquista das mulheres. Uma virtude, porém, alimentou sempre: foi o culto estrênuo que rendeu à Verdade durante a vida inteira. Sobre o seu pedestal e sobre o do Amor alicerçou toda a sua doutrina. O Amor e a Verdade — eis as pedras angulares do seu ideal. Foi a sua ardente confiança na vitória do Amor sobre a face enlutada e ensangüentada da Terra, o luminoso fanal que sempre guiou a sua actividade de profeta de novos dias, a sua bússola e a sua divindade.

A educação infantil mereceu sobretudo as carinhosas atenções do grande pensador e escritor revolucionário, que, curado da militaridade da sua juventude, se devotou a um alto ideal de paz e de fraternidade dos povos. Só na educação confiava como instrumento de aperfeiçoamento social. Da violência só havia a esperar, quanto a ele, a violência. Nada de duradouro e de útil para o Amor e para a Humanidade se poderia edificar sobre as areias movediças e ensangüentadas da guerra. A grande, a duradoura e eficaz revolução só era factível, para Tolstoï, por meio da Educação. Todo o homem moralmente forte possui um grande poder magnético e hipnótico sobre os outros homens. Em maior grau ainda esse poder se verifica sobre as crianças, os homens do Futuro. Como lhes preparar a mentalidade, como as educar! Tolstoï expõe em síntese o seu sistema pedagógico, respondendo: «Por meio do

amor, do exemplo modelar, pelas boas acções, pelo facto.» Nos seus «Pensamentos sobre educação e instrução» lê-se: «Eu penso que não só é difícil mas até mesmo impossível educar convenientemente as crianças, se essa missão é incumbida a uma pessoa má; é que a educação das crianças é apenas um auto-aperfeiçoamento, para o que nada contribui tanto como as próprias crianças... Toda a educação consiste numa maior consciência dos próprios erros de cada um e na libertação deles.» E noutra parte acrescenta: «Para bem educar é mister viver bem, honestamente, ante aqueles que vós educais...» «Uma coisa que se pode asseverar é que o bem desperta o bem no coração dos homens e causa certamente uma eficácia, ainda que nem sempre isso se possa apreciar.»

Tolstoï estendeu a todo o universo, como Francisco de Assis, aos animais e às coisas, a lei do Amor, circunscrita aos homens. Coerente com o seu largo conceito de fraternidade, tornou-se vegetariano, e adorador da Natureza e da vida simples.

Tolstoï integrou-se inteiramente nas ideias emancipadoras da sua época, criando delas uma nova modalidade, que podemos designar por tolstoísmo.

Ao mesmo tempo que denunciou a mentira democrática, a «livre vontade do povo» e se insurgia contra o materialismo de Marx, Tolstoï, partindo da sua doutrina de amor universal, anatematizou a luta organizada das classes, substituindo pela não-violência, pela resistência de braços cruzados, ante o mal, tal como em nossos dias a preconizam Han Ryner, Romain Rolland e Gandhi, o grande agitador indiano.

Do socialismo falsamente chamado científico, esse socialismo predicador do «materialismo histórico», a que Marx emprestou o poder da sua fria dialética, disse Tolstoï: «O socialismo tem por finalidade a satisfação das mais baixas necessidades do homem — o seu bem-estar material. Pois este próprio fim é impossível de atingir pelo método que ele recomenda.» Traça com sarcasmo uma visão da perspectiva trágica do mundo, após a fortuita vitória desse socialismo, alvejando com as percussões frechadas da sua ironia o seu ilustre contemporâneo, o marxista Jean Jaurès. — Que diria Tolstoï, se hoje vivesse na chamada «ditadura do proletariado» russo? — É um próprio bolchevista alemão, Bartelmess, que pergunta e responde: «Imoralidade! Porque ele era o mais furioso adversário da frase os fins justificam os meios. Artimanha, tática, mentira, violência, terror, mesmo realizados com o alto objectivo da ideia mais pura, eram para Tolstoï uma mancha inapagável, que enodaria qualquer nobre aspiração.»

Coisa alguma; ver-se há desaparecer o que era vão, supérfluo e mau, o órgão nocivo porque se havia tornado inútil, e mais nada.

Quando, porém, não houver governo, a violência desencadear-se há, os homens matar-se há uns aos outros.

Porquê? — Porque a destruição de uma organização saída da violência e que as gerações foram transmitindo sucessivamente por obras de violência; porque a destruição dessa organização que, de resto, hoje para nada serve, teria por efeito despertar a violência dos homens, avivar-lhes o gosto do morticínio? Parece-me, pelo contrário, que após a falta desse instrumento de violência, há de baixar o número de criminosos.

A desapareição da brutalidade dos governos dará lugar a uma organização social mais racional e mais justa, que não fará o emprego da violência. Os tribunais, os estabelecimentos pios e a instituição pública, tudo isso existirá, mas na medida em que o povo de tudo possa tirar proveito e sob uma forma que nada deixe subsistir do mal que encerram as instituições actuais.

Apesar de certos conceitos e pontos-de-vista filosóficos, dos quais, por demasiado metafísicos, discordamos, temos que re-

R. R.

Auxílio à «Batalha»

Continuamos recebendo auxílio de vários lados. Esses auxílios acompanhados de cartas de incitamento e de aplauso, são a melhor confirmação, mesmo que outros factos não houvesse para no-lo garantir, de quanto a saída de A Batalha correspondeu aos desejos dos trabalhadores.

Segue nova lista de importâncias recebidas na administração:

Transporte....	1.444\$50
Secção da Construção Civil na Palma e Arredores.....	20\$00
Mariano Lacerda.....	5\$00
Manuel Silva Campos.....	30\$00
Associação dos Corticeiros de Almada.....	100\$00
Sindicato dos «chauffeurs» do Sul de Portugal.....	50\$00
Manuel Pereira.....	5\$00
Associação de Classe dos Litógrafos e anexos—Lisboa.....	50\$00
Associação dos Corticeiros—Vendas Novas.....	30\$00
A transportar..	1.734\$50

NOTA—Na lista anterior onde vinha Associação de Marinheiros e Moços da Marinha Mercante deveria vir Sindicato dos Marinheiros da Marinha Mercante Portuguesa.

NA AMÉRICA DO NORTE

Morre um militante operário

Faleceu em 13 de Agosto último, de tuberculose na enfermaria da penitenciária da Walla Walla, Washington, o operário James Mc Inerney, um dos sete condenados pelos antecendentes de Cenfrália um 11 de Novembro de 1919.

Nessa data um grupo de filiados na Legião Americana assaltou a sede duma organização operária, da Centrália, mas os trabalhadores, que lá se encontravam, entre eles Mc Inerney, resistiram corajosamente, matando, em legítima defesa, um dos assaltantes.

Em consequência disso, interveiu a polícia, que prendeu uns poucos, torturando-os ferozmente.

James Mc Inerney, nessa mesma noite, foi vítima de toda a espécie de violências, para ver, se ele acusava os seus companheiros, mas só lhe conseguiram arrancar estas palavras: «ide para o diabo». Vingaram-se desta sua atitude, enterrando-o vivo com mais seis companheiros na penitenciária de Walla Walla, após um vergonhoso processo realizado em Montezano.

E à entrada de Nova York encontra-se uma colossal estátua da Liberdade!

Actividade dos portugueses imigrados na América

Em New Bedford habita uma numerosa colónia portuguesa, em grande parte aceitando as ideias anarquistas. E' um punhado de trabalhadores conscientes que se agrupam em volta duma ideia, lutando por ela, sacrificando-se, até, para a divulgar, pelo jornal, pelo manifesto, pelo folheto.

Recentemente, quando do aniversário da morte de Sacco e Vanzetti, editaram um interessante manifesto onde, em vez de chorarem a morte desses homens, fazem propaganda das suas ideias. Na verdade é a única maneira proveitosa de comemorar a morte dos militantes do anarquismo.

Alegria-nos esse facto e registamo-lo para, ao menos, servir de estímulo para correcção aos que editam manifestos, chorando as vítimas, tal qual como os católicos fazem com os santos.

O aparecimento de «A Batalha»

Continuamos recebendo grande quantidade de correspondência de toda a parte, na qual se reflecte o regosio pelo aparecimento do nosso jornal. E' impossível citar a todos, como os próprios compreenderão. Acreditam, porém, que nisso não há menos consideração, mas sim exigências de espaço.

Citaremos, apenas, alguma da correspondência individual: João da Silva (barbeiro), Alvaro Brandão; António Gomes Paiva, Alberto Borges Pinto, Manuel Pereira, Mario de Lemos, Salvador António Cortes, Silvestre de Barros, Armando Santos Martins, José P. Ferreira Junior, Cesar de Andrade, Manuel Candido Mac. ado, A. M. Faria, Alfredo Gaspar, Joaquim Nunes (Arsenalista de Marinha), etc., etc.

A todos, os nossos agradecimentos.

Acidentes de Trabalho

Os delegados dos sindicatos de Lisboa reuniram de novo

Em continuação dos trabalhos da sessão anterior, reuniram os Sindicatos de Lisboa a convite da Comissão Operária Pró-Reforma da Lei dos Desastres no Trabalho. Estavam presentes 29 sindicatos.

O expediente consta de officios do Sindicato Mobiliário marcando a sua posição. Empregados no Comércio apoiando a Câmara Sindical, Impressores justificando a ausência e apoiando a C. S. T. Empregados de Hoteis justifica, também, a sua ausência e apoia a Comissão.

E' lida a acta, sendo aprovada. Entrando-se na ordem dos trabalhos, Veríssimo, dos Arsenalistas do Exército, apresenta uma moção com as seguintes conclusões: «Os organismos aqui reunidos resolvem que estes trabalhos continuem entregues à mesma Comissão por nós eleita, até que a mesma, e os organismos que a nomearam, reconheçam não serem necessários os seus trabalhos.»

Aleixo, dos Manufactores de Calçado, interroga a Comissão se ela sente que a sua missão ainda deve fazer sentir-se, se ainda tem trabalhos em trânsito. Se entende que tem, então pode justificar-se a moção.

A. Monteiro, da Comissão, explica que os trabalhos estão feitos, mas os trabalhos têm sempre continuação. O dever da Comissão era pôr aos sindicatos o dilema: se deveriam ou não persistir.

Aleixo, continúa afirmando que compreendeu bem o sentido da circular enviada, e por isso não tem dúvidas. Deseja esclarecer o caso.

Tomé, da Comissão, prosseguindo nas considerações de A. Monteiro, admite que, estando nesta Comissão sindicatos aderentes à C. S. T. era natural que estes sindicatos quizessem entregar os trabalhos a esse organismo. Não vê prejuizo contido em que os trabalhos sejam transferidos para a C. S. T., porque o assunto ainda não está solucionado.

Quirino, dos Metalurgicos, verifica que esta reunião não melhorou com mais quatro sindicatos, razão porque esta sessão não tratará melhor o assunto do que a anterior. Faz mais algumas considerações, justificando as considerações suas e os motivos que levaram o seu sindicato a apresentar a moção. Reputa bastante a existência da C. S. do T.

Tomé, da Comissão, justifica-se. Ficarão também satisfeitos se os trabalhos forem entregues à C. S. T.

José de Sousa, do Pessoal da Exploração do Porto de Lisboa, chama a atenção dos representantes da Imprensa operária para o officio dos mobiliários. Julga bem a observação feita por Aleixo para esclarecer, mas considera sempre os trabalhos incompletos, porque a lei não foi alterada porque a acção, nesse sentido, não tem sido completa.

Não compreende porque se pretende transferir para a C. S. T. esses trabalhos. Critica os objectivos da C. S. T. pelos seus fins estreitamente libertários, que cria aos organismos centrais uma situação péssima em face das massas, que acabariam por desinteressar-se dos trabalhos. Alonga-se num combate à organização operária e aos seus objectivos. Diz que esses trabalhos, caso cesse a comissão devem ser entregues à Federação dos Transportes.

Aleixo, afirma que a Comissão realizou um trabalho, é facto, mas que a mesma julgou oportuno demitir-se. Crê que a questão não deixará nunca de exigir atenção e que a organização terá sempre de interferir no assunto. Mas o que é necessário é desenvolver uma acção que interesse a todos os trabalhadores. Lembra o passado honroso da C. S. do T., que se impõe, que esteve sempre à altura da missão que lhe estava imposta. O seu decaimento é originado num geral quebrantamento de toda a organização. As causas não estão em si, são exteriores. Aos sindicatos é que se impõe ajudá-la. Refuta as considerações de J. Sousa.

E. Santana, da C. S. T., rebate as afirmações de J. Sousa e reedita algumas das considerações que fez na sessão anterior. Considera o assunto tão simples, que nem sequer merece o tempo que se está gastando: é uma questão de simpatia. Deve ser a C. S. T. ou a comissão? Estão definidos os critérios, não há temas filosóficos a discutir; resolve-se, pois, o assunto. Lembra contudo que a C. S. T. tomará a liberdade de amanhã imputar as responsabilidades a quem contrariou a possibilidade dum entendimento de todos os Sindicatos. Entretanto, a Câmara prosseguirá nos seus trabalhos.

Júlio de Matos, dos Arsenalistas do Exército, nega que a Comissão se quizesse demitir, mas o que tinha é um mandato que ti-

O «colosso de pés de barro»

(Continuação da 2.ª página)

como uma organização que representa os interesses dos operários, isto é, uma espécie de fascismo frio, oculto debaixo da máscara da democracia. Se o direito de greve, a consequência da arbitragem obrigatória, imposta a instâncias dos reformistas, é estrangulada nos países democráticos, então a democracia não se diferencia muito, neste aspecto, do fascismo aberto de Itália.

Também a colaboração da União Geral dos Trabalhadores nos «comités» paritários criados pela ditadura militar em Espanha para regular pacificamente os conflitos entre patrões e operários, não é adequada para fortificar a fé na sinceridade da profissão de fé democrática e anti-fascista da Internacional de Amsterdam.

O Congresso de Estocolmo da F. S. I. demarcou um retrocesso do movimento operário internacional em toda a linha. A resolução de trasladar a sede de Amsterdam para Berlim, adoptada por 55 votos contra 30 não fará senão contribuir para acelerar o processo de cancelação do movimento reformista internacional. A secção alemã da F. S. I. é a que tem descido mais na sua política de oportunismo e colaboração. A sua influência teve já consequências funestas antes da guerra, e depois dela não se melhorou em nada.

O novo quartel general de Berlim não fará mais que zelar a inactividade do movimento operário reformista e aburguesamento dos seus ideais para anos e anos.

A. Souchy

nha que aqui pôr. Afirma que esta Comissão representa os trabalhadores do país e por isso outros organismos podem reclamar. História várias fases da acção operária de Lisboa, concluindo por não concordar com a dissolução da Comissão.

J. Sousa ataca a organização operária e as considerações ali feitas em sua defesa, imputando aos outros responsabilidades.

E' apresentada uma proposta para dar o assunto por discutido, sem prejuizo dos oradores inscritos.

J. Miranda, da Construção Civil, solidarizando-se com a C. S. T., refuta os ataques feitos a ela, defendendo os princípios ideológicos da organização operária.

Nesta altura alguns delegados entretêm-se a chacotear os oradores que lhes desagradam.

Quirino Moreira, dos Metalurgicos, interessa-se, somente, por saber a quem é entregue o mandato. E' inegável que a Comissão vinha depôr o encargo, ainda mesmo pela doutrina da moção que a constituiu. Só pode haver reeleição. Julga lógico que a C. S. T. agisse em harmonia com os interesses do proletariado sem se interessar se tem a maioria ou a minoria.

Santana, da C. S. T., refuta as considerações de J. Sousa, como o tempo escasseia preconiza que as acusações sejam feitas na Imprensa, as quais a Câmara responderá, ou pessoalmente em qualquer reunião.

Foi posta à votação a moção dos Arsenalistas do Exército sendo aprovada por 23 contra 6.

Monteiro, da Comissão, espera que a saída de 2 delegados não altere a comissão e também que a Câmara Sindical não negue o seu apoio.

Os delegados dos Manufactores de Calçado declaram esperar o resultado da acção dos restantes Sindicatos de Lisboa.

A C. S. T. apresenta uma moção contra os despedimentos nas minas de Aljustrel, que é aprovada por unanimidade.

Os trabalhadores encontrarão nas nossas colunas todas as informações do movimento operário. Têm, portanto, conveniência em lê-lo sempre.

PELOS TÊXTEIS

(Continuação da 4.ª página)

dificada a relação do mesmo de forma a que o trabalho nocturno seja considerado desde as 17 horas às 8 da manhã do dia seguinte, porque só assim se evitarão os vários e constantes abusos feitos à sombra da disposição citada.

* * *

Os bocados que transcrevemos da representação elucidam sobre as condições de trabalho e sobre a maneira de as tornar mais suportáveis.

Porém ela de pouco valerá se os trabalhadores da indústria têxtil não estiverem dispostos a movimentar-se para conseguir vencer a rotina dos industriais, levando-os à concessão de melhorias que se tornam indispensáveis e urgentes.

Não basta reclamar! E' preciso que se siga uma actividade constante dos trabalhadores organizados pela realização das melhorias que exigem.

Alegria-nos verificar que esse factor não é esquecido. De vários lados nos chegam notícias que afirmam estarem os operários têxteis engrossando os seus organismos de classe.

Por exemplo, um camarada escreve-nos e informa:

«A Associação Operária do tecido de Castanheira de Pera regista a adesão de vários operários da indústria têxtil. Estes sofrendo os horrores de uma situação de miséria insuportável, viram-se obrigados a ingressar no sindicato, pois estão reconhecendo que só dentro desse baluarte de luta, bem unidos, poderão defender-se da rapace exploração de que são vítimas». E acrescenta: «E' pena que não fosse a consciência colectiva, o espírito de solidariedade, que os levasse a aceitar os princípios do sindicalismo, única forma de, capazmente, defenderem os seus interesses. Em todo o caso este facto é animador. Por ele verificamos um desejo forte de não morrerem de fome e de cansaço.

Um outro nosso informador, de Unhais da Serra, diz: «Encontram-se, já, em luta aberta com os patrões os têxteis desta localidade, em virtude de não serem atendidos nas suas mais do que justíssimas reclamações. E não pediam nenhuma exorbitância. Pediam, apenas, um salário igual ao que se paga na Covilhã e o regime normal de 8 horas de trabalho».

Aos que nos consta a Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã está disposta a prestar a sua solidariedade aos camaradas daquela localidade, tendo ali enviado uma comissão de operários para tomar conhecimento directo das reclamações.

Ora estes factos demonstram até que ponto chegou a exploração industrial naquelas localidades e até onde irão os trabalhadores na defesa dos seus direitos.

A BATALHA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA:

CONTINENTE e ILHAS:

Série de 10 números..... 3\$00

ÁFRICA:

Série de 10 números..... 4\$00

ESTRANGEIRO:

Série de 10 números..... 5\$00

Pagamento adiantado

Toda a correspondência deve ser enviada para o APARTADO n.º 329.

A BATALHA

ASSOCIATION INTERNATIONALE DES TRAVAILLEURS
INTERNATIONAL WORKING MEN'S ASSOCIATION
INTERNATIONALE ARBEITER-ASSOCIATION
ASSOCIAZIONE INTERNAZIONALE DEI LAVORATORI

CRÓNICA INTERNACIONAL

As eleições na Alemanha

O mundo parece caminhar para qualquer coisa que se desconhece, de que se não podem prever as manifestações, nem, sequer, os indícios de aproximação. O fenómeno de menor importância faz mover de curiosidade a toda a gente; um caso, noutros tempos vulgar, merecendo comentário desinteressado, hoje atinge grandeza tal que chegam a supor-lo facto de capital importância. Isto revela o nervosismo que se apoderou de todos os indivíduos, de todas as colectividades. Todos parecem agitados por molas ocultas, por aquelas molas que podem chamar-se *energia*, acumulada em tal quantidade nos homens nos organismos, que o meio—já porque é mais limitado—não permite a sua expansão. Compreende-se, portanto, porque os factos se deformam e tomam tal incremento de divulgação.

Tem-se num caso recente, a prova desse fenómeno: as eleições alemãs.

Essas eleições realizadas noutra ocasião não teriam a repercussão que, agora, tiveram. Para isso concorreram vários factores: a posição na Europa, da Alemanha, a luta política que ali assume aspectos curiosos e a instabilidade da situação política da Europa.

Após essas eleições ouvimos afirmar que na Alemanha havia dois caminhos a seguir: a guerra ou a revolução. De vários factores se podem socorrer para chegar a essa conclusão. Na verdade os sociais-nacionalistas, os que de facto se tornaram senhores da situação, pela sua posição política, fazem prever uma acção imperialista que levará a Alemanha a uma situação complicada. Mas daí a ter de admitir-se a guerra ou a revolução vai uma distância razoável.

Não duvidamos que a Alemanha e outros países da Europa, tenham de modificar a sua política. Esta não pode continuar a ser a mesma, se não quiserem, os detentores do poder, perder o domínio sobre a própria civilização. Isto não quer, porém, dizer que possamos atribuir a essa modificação política o carácter duma transformação social, como fazem supor os entusiasmos de muitos homens assisados.

Essa modificação será mais um jogo de habilidades e mais um quebrar de ilusões para os que nela confiaram ou como primeiras figuras ou como modestos espectadores de galeria, a quem se afirma que, também, representam ao lado dessas primeiras figuras.

O que das eleições na Alemanha se sabe de concreto é que venceram as direitas, tendo um dos seus grupos parlamentares—os sociais-nacionalistas com quem os comunistas estabeleceram acordo eleitoral—uma poderosa organização militar capaz de desenvolver uma acção importante. Acrescenta-se o facto desse grupo parlamentar ser fascista e teremos uma visão aproximada da actividade política na Alemanha.

Emil Ludwig, ainda não há muito tempo, afirmou ser impossível ali uma ditadura, havendo dois obstáculos a evitar a guerra: a falta de dinheiro e o receio da revolução. São curiosas essas afirmações e mais curiosas se tornam quando ele as completa com a necessidade, para o povo alemão, de ordem e que este prefere um parlamento a todos os príncipes e ditaduras.

O problema político da Alemanha fica assim um pouco mais emaranhado. As dificuldades de previsão, como é natural, aumentam.

Como compreender-se que um povo caminhe para a guerra ou para a revolução, quando receia esta e para aquela não tem recursos?

VIDA OPERÁRIA

O caso da indústria chocolateira

A indústria de chocolates, desta cidade, formada pelas fábricas Saissa, S. L. C. Favaria, Regina, Camerana e Colonial, por acordo mútuo, em reunião na Associação Industrial Portuguesa, vão centralizar-se, formando a Sociedade Revendedora de Chocolates, e a exemplo da Sociedade de Confeitarias, vão encerrar quatro daquelas. A população operária ao serviço desta indústria é de 800 pessoas aproximadamente, que, com o encerramento da pequena indústria num total de 4 fábricas, vai passar, mais vincadamente, a sofrer a exploração do patronato. A tática capitalista é despedir pouco a pouco e não em massa, pois que dada esta última hipótese, dela resultaria uma força capaz de os fazer passar horas amargas. É preciso que todo o pessoal ao serviço daquela indústria se capacite de que os industriais unidos e, para que os seus lucros sejam maiores, vão despedir uma grande parte do referido pessoal. Pois bem, a nós, os trabalhadores, a faltar-nos o pão quotidiano, só nos espera a mais horrível das torturas—a fome—. Devemo-nos pois, também, unir, criarmos uma barreira única, sindicando-nos no Sindicato dos Confeiteiros.

O capitalismo com as concentrações industriais não tem em vista uma igualdade de preços de venda e compra. O seu objectivo principal é a redução da mão de obra, e redução dos salários ao mínimo. Verificamos que o patronato se unifica e nós temos o dever de garantir o pão à nossa companheira e aos nossos filhos, e, por isso, devemos também fortalecer o nosso Sindicato, para que ele, nas horas dolorosas, alguma coisa possa fazer em proveito colectivo.

Estamos numa situação difícil; atravessamos uma crise atroz de desemprego; não existem em Lisboa fábricas de chocolates além daquelas. Despedidos, teremos de procurar outra profissão e sujeitarmo-nos a um salário reduzidíssimo.

Avante pois camaradas pelo robustecimento da nossa Classe, pela união operária, para a luta pelas nossas justas reivindicações!!!

Uma comissão de operários da indústria chocolateira

As adesões devem endereçar-se para a R. Arco do Marquez do Alentejo, 30, 2.º Esq.

O pessoal da Sociedade de Construções e Reparações navais, continua protestando

Mantem-se ainda este conflito, talvez agravado com a ameaça de encerramento da fábrica, lançando para o desemprego, sem pejo algum, mais uns tantos operários que não estão dispostos a transigir perante as extorsões que desejam fazer às velhas regalias de que o pessoal beneficia.

Houve tentativas para iludir o pessoal fazendo substituir «a hora de bordo» por uma gratificação. Essa proposta foi briosamente repudiada.

Reunido o pessoal, este firmou a sua atitude: deseja que lhe sejam mantidas as regalias.

Obstinadamente aquela sociedade procura todos os meios compor o pessoal aos extremos para lhes imputar responsabilidades, pretendendo encerrar a fábrica como meio repressivo e provocador. O pessoal, porém, sereno e decidido, aguardará mais essa manobra para lhe demonstrar quanto, moralmente, vale o pessoal que tão grosseiramente trata.

VIDA SINDICAL

Comissão Inter-Federal

Na última segunda-feira reuniu este organismo que apreciou vários expedientes. Havia, entre outros, os seguintes officios: dois dos Mineiros de Aljustrel que notificam o estado da crise da classe mineira, que tende a agravar-se. Esse officio communica, ainda a pretensão das autoridades locais, que se propõem iniciar trabalhos públicos naquela região, para empregar os operários mineiros despedidos pela empresa belga.

Também foram apreciados: officio dos Maritimos de Sines, prometendo subsidiar a Batalha logo que a sua situação financeira assim o permita; Officio da Sociedade Escolar de Fonte, comunicando o estado económico e sindical dos trabalhadores rurais daquela localidade e lugares vizinhos. Ficou resolvido officiar à Federação Rural (Evora) sobre este assunto. Consta, ainda, do expediente uma carta do delegado em propaganda na região do Norte, dando conta de vários trabalhos realizados e demonstrando a necessidade de se efectuarem outros. Resolvido officiar-lhe.

Em seguida apreciou a possibilidade de envio de representação ao Congresso Internacional da A. I. T. que está convocado para 20 do p. mês de Outubro para Madrid. Este assunto, dada a sua importância ficou para ser tratado na próxima reunião.

Foi resolvido officiar para a comissão organizadora do Sindicato Mixto de V. R. de Santo António e para os rurais de Fonte.

Toda a correspondência, vinda da provincia, deve ser dirigida para o Apartado 329.

Comunicados

Federação dos Trabalhadores do Livro, do Jornal e Similares.—

Em conjunto reuniram no passado dia 19, o Secretariado desta Federação e representantes dos Sindicatos dos Litógrafos e Encadernadores. Nesta reunião, início dum trabalho de reorganização que a Federação se propõe fazer, foram largamente ventilados os assuntos que interessam aos encadernadores e litógrafos, especialmente, para levantamento das suas classes. Assentou-se na realização de trabalhos tendentes a conseguir um forte agrupamento das classes em torno dos seus respectivos sindicatos.

Federação Ferroviária.—Esta Federação comunica que toda a correspondência lhe deve ser dirigida para Casa dos Ferroviários—Barreiro.

Comissão de Melhoramentos do Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro Portugueses.—A Comissão de Melhoramentos dos ferroviários, continua trabalhando com afinco e sem desânimos para conseguir ver satisfeitas as reclamações da classe.

Démarches várias e continuas se têm levado a efeito e a Comissão até agora ainda não notou menos vontade nas entidades oficiais com que se tem entrevistado, em patrocinar-lhe tão justa causa.

A extemporaneidade é fórmula que esta Comissão não perfiha, razão porque, apesar de algo já lhe ter sido prometido, ela não o pode comunicar à classe sem que, duma maneira geral e positiva, a identifique de tudo a que se chegar.

A Comissão não teme nem tremer:—está integrada no seu papel e sabe muito bem quão ingrato ele é, e tanto mais ingrato será se a classe, em vez de lhe criar um ambiente de apoio, antes pelo contrário, der ouvidos e curso a boatos que, saindo de cabeças ócas, só causam a desorganização numa classe como a nossa, indo possivelmente prejudicar a acção dos homens que aceitaram a espinhosa missão de terçar armas pelo bem de todos os ferroviários.

O completo e bom resultado dos trabalhos desta Comissão, não resulta unicamente da própria Comissão, mas sim e sobre tudo de todos.

Que todos os nossos camaradas saibam cumprir o seu dever para com a Comissão que ela jamais esquecerá o seu.

Sindicato da Construção Civil de Valença do Minho.—Este sindicato não tem tido vida porque de todo foi abandonado pelos operários da localidade, não tendo, até há pouco aparecido ninguém que se esforçasse por, de novo, o pôr a funcionar.

Ultimamente constituiu-se uma comissão de fundadores do sindicato que resolveram reunir para tratar da sua reabertura, esperando esses camaradas que a sua iniciativa encontre o apoio necessário entre o operariado daquela localidade.

Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Evora.—No passado dia 21 reuniu sob a presidência de Manuel de Oliveira, secretariado por J. José Candieira e José Ferreira, com uma extraordinária concorrência, este sindicato para tratar de vários assuntos. Foi lida e aprovada a acta, sendo, em seguida, lida a correspondência e apreciada a situação dos mineiros de Aljustrel, que pedem auxílio moral e material. Ponderada a situação financeira da associação, foi resolvido prestar aqueles camaradas todo o auxílio moral, lamentando não lhe poderem prestar, também, o seu auxílio material. Foi resolvido officiar ao governo pedindo providências para que aqueles camaradas regressem ao trabalho.

E' lido, nesta altura, o parecer da Comissão de Relações e Estudo, sendo feito um confronto com o que vem em A Batalha sobre o mesmo assunto. A comissão pensa ir junto do governo se a classe lhe der o apoio moral e material, sendo resolvido abrir quetes para mandar imprimir o parecer da Comissão de Relações e Estudo em circular, distribuindo-o, então por todas as associações de rurais, iniciando, também, nessa altura, um intenso movimento de propaganda.

Foi apreciado o caso duma reunião de regedores das freguesias daquele conselho para lançarem uma contribuição sobre o trabalho.

Esta sessão terminou por propaganda associativa, tendo feito uso da palavra: J. J. Candieira; J. Filipe Madeira; António Cajana; A. de Oliveira Soares; Serafim Maurício e Januário da Silva Botelho.

A sessão foi encerrada por entre vivas à Comissão Inter-Federal, à A Batalha, Vanguarda Operária e organização operária sindicalista revolucionária de todo o mundo.

S. U. das Classes Mobiliárias de Lisboa.—Reuniu a Comissão Administrativa com alguns componentes da indústria para apreciar a situação financeira do Sindicato.

Após vários camaradas se terem pronunciado sobre o assunto, foi resolvido que todos os presentes fizessem a máxima propaganda pelas oficinas para que o levantamento do sindicato seja um facto e que contribuam com o mínimo de 10\$00 para reforço do cofre sindical.

Todos os camaradas que queiram contribuir podem dirigir-se à sede deste Sindicato, aos sábados, das 17 horas em diante.

—A Comissão Administrativa deste Sindicato solicita do organismo que tenha em seu poder a sua bandeira, que comunique, afim de que possa ir um delegado buscá-la.

Sindicato Unico dos Operários da Construção Civil de Lisboa.—Secção Profissional dos Estucadores.—Reuniu a Comissão Administrativa desta secção, apreciando o movimento encetado pelas restantes secções do sindicato, sobre a reclamação da fixação dum salário uniforme para os componentes da classe da Construção Civil.

Resolveu editar um manifesto para convidar os estucadores a reunirem em sessão magna, no próximo dia 2 de Outubro pelas 21 horas na sede provisória, Travessa da Agua da Flor, n.º 16, 1.º.

Convocações

Sindicato dos Manufactores de Calçado de Lisboa.—Para continuação dos trabalhos da assembleia de 24 do corrente, reúne hoje, 27, pelas 21 horas em assembleia geral.

«A BATALHA»

é o jornal feito por trabalhadores e para trabalhadores,
que melhor informa os seus leitores, mais se preocupa com os PROBLEMAS DO TRABALHO e mais atenção dedica à EMANCIPAÇÃO INTEGRAL DOS TRABALHADORES.